

Galvêas anuncia fim dos subsídios; Stábile nega

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, anunciou ontem que o governo vai eliminar até março todos os subsídios, antecipando, assim, em três meses, essa decisão, que estava acertada com o FMI, na terceira carta de intenção, para julho de 1984. Em discurso na abertura do seminário "Agricultura-Horizonte 2000", o ministro da Agricultura, Amaury Stábile, garantiu, entretanto, que o Brasil manterá sua política de subsídio à atividade agropecuária, ainda que alterando a sistemática que vinha sendo utilizada — basicamente o crédito subsidiado.

"Será dada ênfase — acrescentou Stábile — a uma política estimulante de preços mínimos remuneradores, de seguro agrícola para todo o investimento de custeio, continuidade de subsídio a culturas de maturação mais longa, além de investimentos nas áreas de pesquisa, extensão rural, armazenamento e comercialização.

Galvêas destacou que serão eliminados tanto os subsídios ao consumo direto (para o trigo e o petróleo, por exemplo), quanto os subsídios implícitos nas taxas de juros.

O professor Julian Chacel, da Fundação Getúlio Vargas, que esteve ontem no Ministério da Fazenda, assinalou que a eliminação de subsídios tem reflexos imediatos na elevação dos preços, mas lembrou que a maior parte deles já foi retirada este ano. Chacel comentou que uma projeção de inflação para 1984 pode ser razoavelmente estimada como de intensidade menor que a deste ano, justamente por causa da questão dos subsídios.

"Este ano foi pesadamente marcado por eliminação de subsídios, que tinha um efeito imediato sobre os índices de preços. A eliminação de subsídios a ser feita em 84 é de intensidade menor e, por conseguinte, esse item permite prever uma taxa de inflação *significativamente menor*, mas ainda assim muito alta, mesmo para os padrões históricos brasileiros", disse.

EXPORTAÇÕES

A retirada dos subsídios às exportações deverá ser necessariamente compensada por algum mecanismo capaz de manter as vendas externas brasileiras competitivas, e este poderá ser traduzido em maiores desvalorizações do cruzeiro ou mesmo na adoção de uma maxidesvalorização, disse ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Artur João Donato, depois de entrevistar-se com o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna.

Donato, porém, disse não acreditar que o governo abandonará a política gradualista para retirar bruscamente os subsídios às exportações.

O governo estuda, no momento — afirmou —, mecanismos capazes de estimular as exportações de forma a não provocar, em contrapartida, pressões protecionistas dos países importadores, e isso, lembrou, deverá ser feito adotando-se novo comportamento com relação à política de exportações, fazendo com que os subsídios deixem de ser explícitos, publicados no Diário Oficial, como ocorre atualmente, para serem concedidos nos preços, como fazem os japoneses. Nem o FMI, disse, poderia criar dificuldades diante dessa nova estratégia.